

---- Aos vinte e oito dias do mês de Junho de dois mil e seis, no Auditório Municipal de Sabrosa, teve lugar pelas dezoito horas, a quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pelo Deputado Senhor Engenheiro António Manuel Ribeiro Graça, coadjuvado pelos Senhores Deputados Helena Maria Campos Ervedosa Lacerda de Pavão como Primeiro Secretário e Mário Vilela Gonçalves, como segundo Secretário. -----

----Feita a chamada, verificou-se a presença dos Senhores Membros eleitos:-----

- ___ António Manuel de Sousa Ribeiro da Graça;-----
- ___ Helena Maria Campos Ervedosa Lacerda de Pavão;-----
- ___ António Aventino Lopes da Silva;-----
- ___ Alexandre Fernandes Ferro;-----
- ___ Filipe Augusto Cunha Correia;-----
- ___ João Xavier de Matos;-----
- ___ Manuel Augusto Jorge;-----
- ___ Paulo Jorge Araújo Ribeiro;-----
- ___ Mário Augusto dos Santos Varela;-----
- ___ Octávio Manuel dos Santos Tórrrie;-----
- ___ Maria de Fátima Leite Gomes Alves;-----
- ___ Joaquim José Vilela do Cabeço; -----
- ___ Avelino António Coelho Amaral; -----
- ___ Maria Lídia Cabral Cruz Prates;-----
- ___ João Manuel Teixeira.-----

PRESIDENTES DE JUNTA:-----

- ___ Cristiano Cândido Teixeira;-----
- ___ Serafim do Vale Monteiro;-----
- ___ António Pinheiro Pereira;-----
- ___ António Gilberto Regas Correia;-----
- ___ José Manuel Alves Pereira;-----
- ___ José João Machado de Carvalho;-----
- ___ Carlos Manuel Lebres Lopes Seco;-----
- ___ José António dos Anjos Pereira;-----
- ___ Manuel Clemente Videira Correia Teixeira;-----
- ___ Manuel Emílio Alves Cerqueira Coelho;-----
- ___ Mário Vilela Gonçalves;-----
- ___ José Vitória Rebelo;-----
- ___ António Rodrigo da Silva Timóteo;-----
- ___ Manuel Marcelino Alves;-----

Faltaram justificando a falta:-----

___ Luis Rodrigues de Carvalho-----

Faltaram não justificando a falta:-----

___ Fernando de Carvalho da Silva;-----

----Aberta a sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes, solicitando a passagem de todos pela secretaria fazendo-se acompanhar de uma fotografia para o cartão.-----

---PONTO UM: PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados: -----

___ Presidente da Junta de S. Cristóvão, Manuel Clemente Videira Correia Teixeira;-----

___ Dr. Filipe Augusto da Cunha Correia;-----

___ Dr.^a. Maria de Fátima Leite Gomes Alves;-----

___ Dr.^a. Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão;-----

___ Sr. Deputado Aventino Lopes da Silva;-----

___ Presidente da Junta de S. Lourenço de Ribapinhão;-----

___ Sr. Presidente da Junta de Torre do Pinhão, António Rodrigo Silva Timóteo.--

----O Sr. Presidente de Junta de S. Cristóvão lendo uma proposta a fazer ao Governo solicitando apoios para fazer face aos prejuízos causados pela trovoadas no passado dia 24 de Junho de 2006. Estes pedidos constavam essencialmente da isenção das Contribuições à Segurança Social e Contribuição Autárquica.-----

----Alertou ainda para a falta de informação/sinalização, indicando Sabrosa, à saída da A24.-----

----O Sr. Presidente da Assembleia informou que quanto à isenção da Contribuição Autárquica o Governo não tem qualquer responsabilidade sobre a matéria.-----

----De seguida tomou a palavra o Sr. Deputado Dr. Filipe Correia referindo-se ao termo “abstenção” e referindo os art.ºs. 28.º, 35.º e 41.º do Regimento, propôs que fosse o assunto colocado à votação. Depois da última Assembleia e segundo alguns pareceres e alguns estudos inclusive do CPA, depreende-se que a abstenção não pode ser declaração de voto, pois não corresponde a qualquer intenção de voto, propondo que o assunto fosse colocado à Assembleia para que ficasse esclarecido.-----

----O Sr. Presidente da Assembleia, após análise do documento apresentado pelo Sr. presidente da Junta de S. Cristóvão e antes de o propor a votação, achou conveniente fazer-se a seguinte alteração: “na sequência de estragos provocados pela queda de granizo no nosso Concelho na noite de 14 para 15 do corrente mês a qual deixou vários vitivinicultores com prejuízos avultados comprometendo

seriamente a actividade vitícola. Decidiu esta Assembleia Municipal na sessão de 28 de Junho de 2006, elaborar a presente informação que envia ao Ministério da Agricultura solicitando o seguinte:-----

----Primeiro: pedir apoio financeiro para os agricultores atingidos;-----

----Segundo: pedir isenção do pagamento das Contribuições para a Segurança Social, para o ano de 2007.-----

---- Quanto à terceira situação deverá ser dirigida à Autarquia, .-----

----Tomou a palavra novamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão após elaboração do documento por parte do Presidente da Assembleia, com o qual concorda, no entanto ficará decido o que fazer depois de ouvir as explicações do Senhor Presidente da Câmara.-----

----Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que após cumprimentar todos os presentes referiu que sobre esta matéria, a proposta poderá ser votada relativamente à petição ao Governo, adiantando que a Câmara já o fez. Quanto à isenção da Contribuição Autárquica e estando em avaliação o processo de levantamento dos prejuízos quer na vinha quer noutros produtos agrícolas, teremos que ter em conta todos os agricultores vitivinícolas afectados e outros, teremos que ver até que ponto irá afectar a gestão Autárquica. Propôs deixar avançar os relatórios e quando houvesse resposta a tudo isto e sendo necessário serão ajudados. Pode dizer-se que foi a Câmara de Sabrosa que liderou todo o processo, e diligenciou junto da Comunicação Social, Governo Civil, etc, chamando a atenção de todos para esta matéria, entre eles a Casa do Douro, Ministério da Agricultura, as Juntas de Freguesia, envolvendo-os para que todos encontrassem soluções. Toda esta mensagem chegou ao Sr. Ministro da Agricultura, que esteve presente, bem como o Sr. Governador Civil inteirando-se dos acontecimentos. Logo após a vinda do Sr. Ministro houve reunião com os agricultores dando-lhes conhecimento do que seria necessário fazer e das várias petições feitas ao Governo, Foi disponibilizado cálculo para todos os afectados, que foi distribuído consoante o levantamento entretanto efectuado. Junto dos agricultores estiveram as Juntas de Freguesia que melhor conheciam o terreno. Pedimos ainda ao Governo para que tomassem medidas consoante as necessidades de cada um. Se nada for feito então apresentaremos a nossa petição, pois temos também grandes problemas nas redes de água, saneamento e redes viárias.-----

----O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de S. Cristóvão que ouvindo as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara concordou com as mesmas. Em relação à isenção da Contribuição Autárquica considera ser uma ajuda aos vitivinicultores, não considerando ser um encargo

muito exagerado para a Câmara Municipal, em termos de avaliação concorda. Para os técnicos não foi considerada uma catástrofe. Não tinha conhecimento que tivessem sido tomadas todas estas diligências. Então sugeriu que fosse suspensa a proposta até à próxima Assembleia e aí decidir-se-á o que fazer.-----

----O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra dizendo que tudo isto foi muito sério e alguém chamou a atenção de que a Câmara de Sabrosa se empenhou persuasivamente nos problemas dos Municípios o que de facto aconteceu, então terá que haver maneira de desenvolver vários mecanismos em prol de toda esta situação, há questões que deveriam ser estudadas porque não haverá justiça se todos forem atendidos da mesma maneira, porque as necessidades também não serão iguais.-----

----Ficou então decidido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão que fosse suspensa a proposta até resolução do problema apresentado.-----

----Tomou a palavra a Senhora Deputada Dr^a. Maria de Fátima Leite Gomes Alves referindo-se às explicações do Sr. Presidente da Câmara e com a vinda dos Sr. Deputados, da Comunicação Social, etc., perguntou se o Sr. Ministro prometeu ajuda ou se fica só pelas toneladas do cálcio, se prometeu ou não ajuda porque pareceu-lhe que ele ia fugindo ao assunto e às questões colocadas, gostaria de saber da parte do Sr. Presidente se sentiu algum apoio da parte dele.-----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que tomadas algumas considerações e houve algumas respostas, a primeira foi o endosso dos cartões do benefício, tendo o Sr. Ministro pedido aos técnicos para que fossem dadas ajudas àqueles que não tinham seguro, tudo ficaria pendente da avaliação dos estragos, estaria atento ao que iria acontecer futuramente, considerando ser importante a sua vinda.-----

----O Sr. Presidente da Assembleia e em resposta à intervenção do Sr. Deputado Dr. Filipe Correia disse entender esse parecer como válido e poder-se-á no futuro adoptar esse procedimento.-----

----O Dr. Filipe Correia menciona de novo os artigos já atrás referidos.-----

----A Senhora Deputada Dr^a. Helena Maria de Lacerda Pavão, disse concordar com as explicações dadas pelo Sr. Deputado Dr. Filipe Correia, porque a abstenção não dá direito a declaração de voto, agora os Deputados tem direito de se manifestar em relação à sua abstenção, considerando-a como tomada de posição legítima que pode ser justificada, tal como acontece com outro sentido de voto.-----

----Sobre este assunto não houve consenso, por parte dos Sr. Deputados Dr. Filipe Correia e Dr^a. Helena Ervedosa.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia perante esta falta de acordo propôs um pedido de esclarecimento à Associação Nacional de Municípios.-----

---Dada a palavra ao Sr. Deputado António Aventino Lopes da Silva, que considera o assunto ultrapassado e a Assembleia é soberana desde que a Lei não seja contrariada, o que a haver votação poderá acontecer.-----

---O Sr. Presidente da Junta de S. Lourenço de Ribapinhão na sua intervenção não se referiu à vinha pois estava esclarecido. Queria saber sobre as obras da escola e a colocação das manilhas, não tendo verificado qualquer alteração nas obras inacabadas.-----

----O Sr. Presidente da Torre do Pinhão perguntou sobre a despoluição do Rio Pinhão e as obras em curso, quais estão mais estragadas, pois na sua freguesia estão péssimas e quis saber também sobre a limpeza das valetas e se poderão ou não contar com o dinheiro do protocolo.-----

---Sr. Deputado Alexandre Ferro aproveitou para pôr o problema das bermas, perguntando quem as vai limpar, pois a estrada de Gouvinhas está péssima, e alguém tem que ser responsável se vierem a acontecer acidentes na estrada.-----

---O Sr. Presidente da Junta de Souto Maior quiz saber sobre o ponto de situação das obras, adiantando que os moradores daquele local ameaçam deixar os carros na estrada, pois parece estar a viver-se num país do 3º. Mundo, arrastando-se a situação há imenso tempo, o que lamentamos.-----

---O Sr. Presidente da Junta de S. Cristovão referindo-se novamente à questão das placas disse ter outro ponto que considera fundamental: o horário do Ferryboat, não se tendo apercebido da colocação das placas informativas.-----

---O Sr. Vice-Presidente informou existir sinalização sobre os horários.-----

---O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra e respondendo ao Sr. Presidente da Junta de S. Lourenço informou-o de que os problemas existem mas se a obra estiver dentro do calendário não poderemos exigir mais, o que está a acontecer.---

---Ao Sr. Presidente da Junta de Torre do Pinhão aproveitou para dizer que como já referiu em sessões anteriores o projecto tem erros que estão a ser rectificadas e a obra irá ser contemplada.-----

---Ao Sr. Presidente da Junta de Souto Maior disse que irá proceder-se a algumas intervenções com os próprios meios da Câmara, pois o empreiteiro abandonou a obra e nunca tinha sido notificado para terminar as referidas obras, mesmo assim o problema não irá ficar resolvido, porque as questões processuais demoram o seu tempo.-----

---Relativamente às placas de sinalização na A24, são da responsabilidade da Direcção de Estradas.-----

----Ao Sr. Deputado Alexandre Ferro disse conhecer bem a realidade, estando a ser já preparada uma negociação com a entidade que irá realizar a limpeza das estradas, pedindo às Juntas de Freguesias compreensão e colaboração.-----

UM PONTO UM: Aprovada a acta da Sessão anterior, por maioria, com duas abstenções dos Sr^{os}.-----

___Maria Lídia Cabral Cruz Prates e-----

___João Manuer Teixeira.-----

----**PONTO DOIS**-----

----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----**PONTO DOIS UM:**-----

----O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que após cumprimentar todos os presentes deu explicação suscita sobre a informação que a seguir se anexa á presente minuta:-----

----O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Covas do Douro que aproveitou para pedir explicação sobre a assinatura do protocolo com as águas de Trás-os-Montes perguntando se a parte Sul do Concelho está contemplada.-----

----O Sr. Presidente da Câmara disse que o protocolo é de estudos, estando a parte alta definida, não está definida a distribuição em baixa, até porque a rede é capaz de não suportar a distribuição. Se as Associações de Municípios entenderem entregar a baixa as Águas de Trás os Montes os estudos serão gratuitos, caso contrário a Câmara Municipal terá de pagar 25% da componente Nacional relativa aos Fundos Comunitários. Todos os Municípios encaram estes estudos necessários e as Câmaras teriam que os desenvolver e portanto ficaria mais barato aceder a este acordo, mesmo em termos de projectos de saneamento ficará a cargo das Águas de Trás-os-Montes.-----

----Tomou a palavra o Sr. Deputado Mário Varela perguntando ao Sr. Presidente da Câmara quais os assuntos e os objectivos da Auditoria que está a decorrer.-----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que como promessa política teria que ser cumprida, as mesmas deverão ser feitas quando existem queixas mas o objectivo essencial foi tentar entregar a uma Entidade Externa, para termos maneira de apreciar Técnica e Financeiramente a forma de poder melhorar a Organização e Gestão da Autarquia.-----

----O Sr. Presidente da Junta de S. Cristovão do Douro perguntou sobre a anulação do Concurso do Veterinário concordando, mas gostava de saber o porquê dessa tomada de posição e ainda sobre o GTL gostaria de saber porquê sa sua criação, porque ao que sabe no Pinhão está a ser uma desilusão, gostaria de saber mais sobre o assunto.-----

---O Sr. Presidente da Câmara começou por responder pelo Concurso do veterinário dizendo que confrontados com alguns concursos, tentaram perceber se se justificava a ocupação desse lugar, e segundo informação Junta da Direcção Regional de Agricultura e verificou-se não se justificar a tempo inteiro. Sobre o GTL é uma situação recorrente já abordada, é um programa financiado constando de um conjunto de técnicos para estudar o plano de pormenor em S. Cristóvão e Celeirós, e poderá também intervir em Provesende. Concorda que nem todos funcionarão em condições, sobre o problema de financiamento será paga 75% tendo a Câmara que disponibilizar de 25% do seu orçamento. As localidades referidas se não tiverem um plano de pormenor aprovado não poderão beneficiar de fundos comunitários, claro que a Lei obriga a Autarquia a ter limites com despesas de pessoal, mas se não se aproveitar esta oportunidade nunca conseguiremos outra e interessa-nos que eles venham trabalhar porque podemos aproveitá-los para outras localidades.-----

---**PONTO DOIS DOIS**-----

----Apreciar e deliberar sobre a 1ª. Revisão Orçamental e Opções do Plano 2006, de acordo com a alínea b) do nº. 2 do artº. 53º. da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

----O Sr. Presidente passou a explicar o porquê da revisão orçamental.-----

----Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados:-----

----O Sr. Deputado Mário Varela e em relação às empresas Municipais pediu esclarecimento porque considera as verbas inscritas nesta revisão muito baixas.---

----O Sr. Presidente da Junta de Gouvinhas pedindo a palavra disse que vê aspectos mais penalizadores em termos de empresas municipais porque sendo os projectos das Juntas de Freguesia porque são as contas aprovadas pelo Município e porque é que são discutidas em Assembleia Municipal. Embora seja a favor gostava que no futuro os projectos fossem aprovados pelo Município mas as contas fosse rectificadas pela Assembleia.-----

----O Sr. Presidente da Câmara sobre a empresa Municipal disse que a ideia será criar verbas para a criação de empresas porque o que realmente está em causa é que os assuntos tenham que vir à Assembleia e sejam discutidas as formas que melhor se enquadram na nossa realidade e aos fins a que se destinam daí serem criadas esta rubrica.-----

----O Sr. Mário Varela diz que no fundo há que agilizar certos processos e as empresas poderão contrair mais facilmente empréstimos mas acha que a câmara também terá que afectar algum tipo de receitas achando bem que se resolvam os assuntos da melhor maneira.-----

---O Sr. Presidente da Junta de Gouvinhas no que diz respeito ao crédito, as empresas Municipais e pela nova lei tem acesso facilitado ao crédito embora as verbas sejam também reportadas à Câmara Municipal. -----

---Tomando novamente a palavra o Sr. Presidente da Câmara informou que não de trata somente de agilizar processos ou ter acesso ao crédito mas sim de encontrar formas adequadas de explorar receitas, o importante é que a empresa seja sustentável e faça a gestão do seu património. A empresa Municipal será de todos nós., se verificarmos que não resulta poderemos acabar com ela.-----

---Posta o assunto a votação, foi aprovada por maioria com duas abstenções.-----

---PONTO DOIS TRÊS

---Apreciar e deliberar sobre o pedido de autorização de contração de um empréstimo no valor de 693.792,00 €, rateio para saneamento financeiro, de longo prazo, até 12 anos, nos termos da alínea d) do nº. 2 e nº. 7 do artº. 53º. da Lei 169/99 com as alterações da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

---Tomou novamente a palavra o Sr. Presidente da Câmara passando a explicar o porquê deste empréstimo, verba que por Rateio coube à Câmara de Sabrosa destinada a saneamento financeiro ou seja liquidar dívida a empreiteiros e fornecedores e é para esse fim que será utilizada. -----

---Dada a palavra ao Sr. Deputado Mário Varela aproveitou para dizer que contraindo empréstimos ano após ano mandato após mandato, um dia terá que parar. Outro assunto que gostaria de ver discutido seria a devolução do terreno destinado ao Palácio da Justiça e não sendo a favor do Património estático porque deve ser rentabilizado é de opinião que poderá ser vendido e utilizada essa verba num investimento da Vila.-----

---Tomou a palavra o Sr. Deputado Dr. Filipe da Cunha Correia dizendo que segundo as notícias vindas a público o Sr. Presidente da Câmara já tem ideia do investimento para esse terreno, mas se não quiser partilhar, para já, nesta Assembleia respeitá-lo-emos. Quanto ao empréstimos gostaria de saber a qual das Instituições irá recorrer, tendo em conta o quadro apresentado.-----

--- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gouvinhas disse concordar com e empréstimo, não podendo deixar em claro, até porque é a sua actividade profissional, qua as Câmaras têm que avançar e fazer obra. Alertou para a tendência EURIBOR, seria mais vantajosa indexada a seis meses.-----

---O Sr. Presidente da Câmara em relação a estas questões disse que foram consultadas as Instituições de Sabrosa, e a proposta mais favorável foi a da CGD, estando preocupados em encontrar formulas de receita por as despesas obrigatórias são elevadas. Em relação ao terreno ainda não foi discutida a sugestão em reunião do Executivo, mas se os Srs. Deputados tiverem ideias poderão coloca-las. Temos

prazos e compromissos a cumprir daí recorrermos ao empréstimo, temos que encontrar fórmulas de receita. Temos um problema sério a resolver que é o dos transportes escolares.-----

---Posto a votação foi aprovado por maioria, com três abstenções.-----

---**PONTO DOIS QUATRO**-----

---Apreciar e deliberar sobre o Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99 com as alterações da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

---Dada a palavra ao Deputado Dr. Filipe fez alguns reparos dizendo que está para ser discutido o Regulamento desde 2002 e, em relação á análise, feita na sua perspectiva, merecia alguma correcção nomeadamente os art.ºs 18.º, 40.º, 65.º, 70.º, 63.º. No art.º 78.º. Ainda salientou a correcção ao art.º 80.º e 89.º e 92.º. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia propôs para que este assunto passasse a ser discutido mais tarde para que o Chefe da DOUSU pudesse analisar os artigos colocados.-----

---**PONTO DOIS CINCO**.-----

---Apreciar e deliberar sobre a alteração do art.º 15.º do Regulamento das Piscinas Municipais para 2006, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99 com as alterações da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

---O Sr. Deputado Dr. Filipe Correia destaca o art.º 3 e 9 parecendo-lhe serem inconstitucionais, na questão de ficar retido o Bilhete de Identidade, sempre que se queiram ausentar. O resultado das análises deverá ser afixado, se forem periódicas.-----

---O Sr. Deputado Mário Augusto dos Santos Varela e em relação a esta questão disse não ser contra a exploração, referindo os artigos que fazem alusão à concessão, desde que seja acautelada, não vê inconveniente.-----

---O Sr. Presidente da Junta de S. Cristóvão fez referência ao previsto no art.º 14.º, ponto 1-A, o mesmo poderia ser extensivo aos Membros da Assembleia Municipal e Vereadores.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou entretanto que este assunto foi organizada pelo Sr. Vice Presidente que passou a responder às questões colocadas e, começando por dizer ao Sr. Deputado Dr. Filipe Correia que o Regulamento não é novo e o que está a ser discutido e votado é o art.º 15.º, pois pela destruição constante dos guarda-sóis foi necessário propor a alteração do preço, Ao Sr. Presidente da Junta de S. Cristovão explicou que a redução aos funcionários é por ter sido concessionada a exploração das piscinas e os funcionários usufruírem dalgumas regalias. Ao ser alargado aos Membros desta Assembleia também

poderá ser para outros e nesse caso poderia ser gratuito a toda a população, quanto se é ou não inconstitucional já o era antes.-----

---O Sr. Presidente da Junta de S. Cristóvão tomou de novo a palavra perguntando o porquê da redução aos funcionários e explicou o porquê da sua solicitação, dizendo estarmos todos a trabalhar para o mesmo, mas acrescentou não apresentar qualquer proposta sobre este assunto, deixando-o à consideração do Executivo.-----

---O Sr. Vice-Presidente disse que a resposta a este assunto foi colocada na última reunião do executivo, que seria, não isentar os membros da Assembleia mas sim retirar a redução aos funcionários, não tendo sido aprovada. Considerando que no tempo em que estava concessionada tinha justificação essa redução.-----

---O Sr. Deputado Mário Varela disse que uma vez que está a ser discutido o Regulamento em relação ao artº, 9º. pudesse ser alterado de B.I. para outro tipo de documento.-----

---O Sr. Vice-Presidente continua a referir que, o que está aqui a ser discutido é o artº, 15º. e nada mais.-----

---A Deputada Drª. Lúcia Prates pôs a questão dos 50% se foi ou não discutida na reunião do Executivo e se foi alterada.-----

---O Dr. Filipe Correia voltou à questão do B.I. referindo não poder ser exigido, como já acontece noutros locais.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia propôs o Regulamento a votação e que fosse corrigida esta situação do B.I., sendo aceite a proposta de alteração foi aprovado por unanimidade com a ressalva de que possa ser corrigida esta questão do artº. 3º. e 9º. -----

--- O Sr. Presidente da Junta de Parada do Pinhão colocou a questão se o utente deverá entregar o B. I. aquando da entrega da roupa.-----

---O Sr. Vice-Presidente disse existirem os balneários para deixar a roupa e entregam um documento para identificar a roupa se não for o B.I. outro documento serve para o efeito, isto até nem acontece. Esta discussão não tem razão de ser, agora se a proposta é ilegal iremos corrigir a anomalia.-----

---O Sr. Presidente da Câmara pedindo apoio aos Juristas disse que se o Regulamento não for aprovado ou se vierem a ser alterados os ditos artigos estará ilegal até à próxima Assembleia que será em Setembro, fim da época balnear, o que está em causa é a alteração de 1,00 € para 1,50 €, portanto ou se chumba ou se aprova tal qual como está e então num próximo Regulamento alteraremos o que está ilegal.-----

---Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

---Voltando novamente à apreciação do regulamento de Edificações tendo entretanto o Sr. Deputado Dr. Filipe alertado que quando se entregam documentos originais devia ficar consignado que está a fazer-se o levantamento dos mesmos, “artº. 18º, nº. 3”;; no artº. 40º. há um erro quando no nº. 1 refere o artº. 65 deverá referir o artº. 70º., no artº. 60º. há uma gralha de português de “deve ser modelo acabado” deve ser “aprovado”, no artº. 63 nº. 5 sugeria que o deferimento fosse feito sob a condição e obrigação do tapume na via pública.-----

---O Sr. Engº. Faustino, Chefe de Divisão da DOUSU acrescentou que em relação aos pareceres técnicos e a nível de ocupação da via publica é pedida informação da fiscalização, a seguir o parecer técnico e por último o parecer superior, em situações mais complicadas salvaguarda-se as situações sempre com o parecer técnico.-----

---Continuando o Dr. Filipe referiu o artº. 80º. nº. 2 deveria ficar consignada a obrigatoriedade de o gotejar dos aparelhos de ar condicionado fosse canalizado, para evitar cair na via pública.-----

---O Sr. Engº. Faustino disse que nem todos os edifícios tem escoamento de águas pluviais., quando é de interesse arquitectónico tem sempre pareceres, mas também se poderá averiguar no caso de queixa.-----

---O Sr. Deputado Dr. Filipe Correia referindo o artº 89º., “reposição de equipamentos públicos” considera que deveria ficar o deposito de uma caução, tanto para a via publica como para os edifícios.-----

---O Sr. Engº. Faustino disse estar assegurado este ponto, até porque não estando acabadas as obras não é passada a licença de utilização, chamou ainda a atenção para a urgência deste regulamento porque somos pressionados pela Procuradoria Geral da Republica para a sua aprovação. O que fizemos neste regulamento são apenas algumas alteração e fazendo-o de novo teria que estar em inquérito público. Tivemos por base regulamento de outras instituições, também sabemos que será por pouco tempo porque vão ser alteradas as leis.-----

---O Dr. Filipe por último referiu o artº. 92 quando se fala dos alinhamento e quando se fala em imperativos urbanísticos concorda, relativamente aos rodoviários será que é legal ?.-----

---O Sr. Engº. Faustino respondeu que acontece a nível nacional, nas estradas nacionais os muros são construídos e os afastamentos são propriedade da Direcção de Estradas.-----

---Após estes esclarecimento foi colocado o regulamento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---O Sr. Dr. Filipe leu a seguinte proposta: tendo em conta a interpelação feita sou do entendimento de que aos artºs. mencionados deveriam ser passíveis de correcção.-----

---PONTO TRÊS-----

---O Sr. Presidente da Assembleia deu a conhecer o Mapa de Endividamento e o saldo da Tesouraria de 21 de Junho, que se anexam. Apresentou a justificação para o facto da Assembleia ser na quarta feira e não na quinta feira como tem sido hábito.-----

---Esgotada a Agenda de Trabalhos e sendo vinte e uma horas e trinta minutos o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta.-----
